



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

REQUERIMENTO

Considerando que FELIPE QUEIROGA GADELHA aceitou o encargo de perito nos autos do processo nº **0801841-07.2022.8.15.0301**, venho requerer que seja realizada a Reserva Orçamentária para suportar o encargo relativo à despesa decorrente dos serviços prestados, nos termos da Resolução n. 09/2017, de 21 de junho de 2017 da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, atualizada pelo Ato da Presidência n. 43/2022.

Pombal - PB, 01 de novembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula de Queiroga Gomes Souza, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 01/11/2024, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpb.jus.br/autentica>, informando o código verificador **0048288** e o código CRC **847F34A5**.

Referência: Processo nº 005524-60.2024.8.15

SEI nº 0048288



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL
Rua José Guilhermino de Santana, 414, Petrópolis, Pombal-PB, CEP: 58.840-000
e-mail: pom-vmis02@tjpb.jus.br

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que **FELIPE QUEIROGA GADELHA**, aceitou o encargo de perito, venho requerer que seja realizada a **Reserva Orçamentária** para suportar o encargo relativo à despesa decorrente dos serviços prestados nos autos adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte CICERA QUEIROZ DE SOUSA ARAUJO - CPF: 047.491.304-00 (AUTOR) é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho proferido (ID 63713116)

1.1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

- 1.1.1 Processo Judicial nº 0801841-07.2022.8.15.0301
- 1.1.2 Natureza da Ação: [Cartão de Crédito]
- 1.1.3 Unidade Judiciária requisitante: 2ª Vara Mista da Comarca de Pombal-PB
- 1.1.4 Autor(es): CICERA QUEIROZ DE SOUSA ARAUJO - CPF: 047.491.304-00 (AUTOR)
- 1.1.5 Réu(s): REU: BANCO BMG SA
- 1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (x) Perícia
- 1.1.7 Natureza dos honorários: () Adiantamento (x) Finais
- 1.1.8 Valor arbitrado R\$ 398,81 (trezentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos)

1.2 DOS DADOS DO PERITO

- 1.2.1 Nome: FELIPE QUEIROGA GADELHA
- 1.2.2 Endereço: Rua Custódio Domingos dos Santos, Ed Royal Luna, nº 21, apt 1501, Brisamar, João Pessoa /PB
- 1.2.3 Telefone: (83)99332-2907
- 1.2.4 CPF: 021.205.144-02
- 1.2.5 Banco do Brasil Agência: 3396-0 Conta: 17354-1
- 1.2.6 Inscrição INSS: ou 1.2.7 Inscrição PIS/PASEP: 126.17929.44.4
- 1.2.8: Inscrição no Conselho Competente: CREA NACIONAL sob o nº 160163983-0

Nota: O prestador deve apresentar documento hábil que comprove sua quitação junto ao conselho.

1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:

1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

Pombal-PB, 29 de outubro de 2024

ANA PAULA DE QUEIROGA GOMES SOUZA

Servidor Responsável

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

JOSÉ EMANUEL DA SILVA E SOUSA – Juiz de Direito



Assinado eletronicamente por: **JOSE EMANUEL DA SILVA E SOUSA**

29/10/2024 20:43:16

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **102784726**



24102920431662600000096613609

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL - PB.

FELIPE QUEIROGA GADELHA, brasileiro, casado, **Especialista em Perícias Criminais e Ciências Forenses**, Perito Grafotécnico, na qualidade de perito nomeado para atuar no **Processo nº 0801841-07.2022.8.15.0301 – CICERA QUEIROZ DE SOUSA ARAUJO (AUTORA) x BANCO BMG S.A (RÉU)**, vem mui respeitosamente a Vossa presença apresentar o Laudo Pericial elaborado.

Dados Bancários para depósito dos honorários:

➤ **Banco do Brasil**

Agência:3396-0

Conta Corrente:17354-1

➤ **Caixa Econômica Federal**

Agência: 0039 – Operação: 013

Conta Poupança: 00005635-3

➤ **PIS/PASEP: 126.17929.44.4**

Nestes Termos.


Pede Deferimento.

João Pessoa, 09/09/2024.

Felipe Queiroga Gadelha

Especialista em Perícias Criminais e Ciências Forenses

Perito Nomeado

Contato: (83)99332-2907  (81) 99808-6068

qgpericias@gmail.com /  @qgpericias

Processo 0801841-07.2022.8.15.0301

1



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL - PB.

PROCESSO Nº 0801841-07.2022.8.15.0301

AUTORA: CICERA QUEIROZ DE SOUSA ARAUJO

RÉU: BANCO BMG S.A

PERÍCIA GRAFOTÉCNICA

LAUDO DOCUMENTOSCÓPICO - GRAFOSCÓPICO

| ÍNDICE | | PÁGINA |
|---------------|---|---------------|
| 1 | SÍNTESE DO OBJETO DA PERÍCIA E PROVIDÊNCIAS PARA INÍCIO DO LAUDO | 3 |
| 2 | DAS ASSINATURAS QUESTIONADAS | 4 |
| 3 | DAS ASSINATURAS PADRÕES | 4 |
| 4 | DO OBJETIVO DOS EXAMES | 5 |
| 5 | TIPO DE EXAME | 5 |
| 6 | MÉTODO | 5 |
| 7 | DOS EXAMES | 5 |
| 8 | Confronto Grafoscópico de Autenticidade | 7 |
| 9 | QUESITOS | 11 |
| 10 | CONCLUSÃO | 12 |
| 10 | BIBLIOGRAFIA | 12 |



LAUDO DOCUMENTOSCÓPICO - GRAFOSCÓPICO

FELIPE QUEIROGA GADELHA, Perito Nomeado para proceder ao exame GRAFOTÉCNICO na ação em epígrafe onde foram questionadas as assinaturas encontradas nos documentos: **Termo de Adesão, Data: 30/01/2017, id 65127654 - Pág. 2 e CCB nº 47046357, Data: 30/01/2017, id 65127654 - Pág. 5**, juntado aos autos.

Tendo realizado os exames grafotécnicos necessários, descrevendo com verdade e com todas as circunstâncias tudo quanto possa interessar a Justiça, apresento o Laudo Pericial determinado por esse Juízo.

1. SÍNTESE DO OBJETO DA PERÍCIA E PROVIDÊNCIAS PARA INÍCIO DO LAUDO

Esta peça pericial tem como objetivo dirimir dúvidas a fim de ser atendida a nomeação para proceder ao exame GRAFOTÉCNICO na Ação acima epigrafado em trâmite nessa Vara, onde foram questionadas as assinaturas (manuscritos) encontradas nos documentos retromencionados.

Após este perito dizer que aceita o encargo, comprometendo-se desde já a cumpri-lo escrupulosamente com técnica, ciência e consciência. **Assim elaborei este Laudo Pericial utilizando-me dos documentos constantes dos autos, entendendo que estes conseguiram atender de forma segura os elementos necessários para elaboração deste.**

Isto posto, as **Assinaturas Questionadas** foram confrontadas com os **Padrões de Assinaturas Coletadas** em documentos oficiais (Cédula de Identidade e outros) constante dos autos onde a Autora firmou suas assinaturas de maneira livre e espontânea.

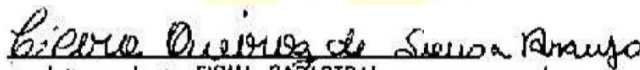


2. DAS ASSINATURAS QUESTIONADAS

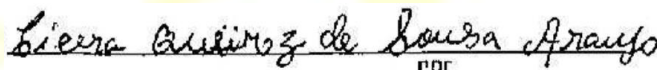
Os materiais questionados que motivaram o presente exame pericial identificam-se como sendo **02 (duas) assinaturas (manuscritos digitalizados)** encontradas nos documentos questionados em que a parte Autora requer exames grafotécnicos e que foram deferidos por esse Juízo.

Os documentos onde constam as Assinaturas Questionadas **não foram apresentados em originais**. Assim pude analisar as características “macroscópicas” da escrita como inclinação, espaçamentos, alinhamentos, proporções, valores angulares e curvilíneos, bem como o posicionamento. Segundo o entendimento de DEL PICCHIA FILHO et al. (2005 – p.443), “Há, porém, característicos gráficos fundamentais que permanecem e que são transferidos ou fixados nas reproduções, trazendo à luz fração apreciável da realidade documental”.

ASSINATURAS QUESTIONADAS



Assinatura Questionada 01 (AQ 01 – Termo de Adesão, Data: 30/01/2017, id 65127654 - Pág. 2)



Assinatura Questionada 02 (AQ 02 – CCB nº 47046357, Data: 30/01/2017, id 65127654 - Pág. 5)



3. DAS ASSINATURAS PADRÕES

ASSINATURAS PADRÕES



Assinatura Padrão 01 (AP 01 – RG nº 756.184, Emitida: 20/09/2021, id 97789949 - Pág. 1)



Assinatura Padrão 02 (AP 02 – Coleta de Assinatura, Data: 02/08/2024, id 97789440 - Pág. 1)



Assinatura Padrão 02 (AP 02 – Coleta de Assinatura, Data: 02/08/2024, id 97789440 - Pág. 1)



4. DO OBJETIVO DOS EXAMES

O presente exame tem como propósito informar à Autoridade Judicial se o objeto apresentado no ITEM 2 - ASSINATURAS QUESTIONADAS (MANUSCRITOS IMPRESSOS) – partiram do punho escritor da Sra. **CICERA QUEIROZ DE SOUSA ARAUJO**.

5. TIPO DE EXAME

Trata-se do exame analítico comparativo de cinética e estrutura gráfica entre os Grafismos das Assinaturas Questionadas e nas Assinaturas Padrões.

6. MÉTODO

Para a realização do exame em tela o Perito utilizou o método grafocinético, próprio para as análises gráficas.

7. DOS EXAMES

Os exames foram realizados como uso de lupas de ampliação, microscópio digital, câmera fotográfica digital, além de programas computacionais próprios para editoração de imagens.

Após análise e diferenciação da (assinatura questionada e padrões), iniciou-se os exames das assinaturas perquiridas utilizando o método grafocinético. Esta técnica preconiza que se realize um criterioso estudo dos lançamentos questionados visando identificar seus elementos gráficos peculiares, isto é, aqueles capazes de individualizá-los frente a outros grafismos, e que se analisem do mesmo modo os lançamentos padrões. Após estabelecer as características dos referidos materiais deve-se fazer o cotejo entre eles, verificando-se as convergências e divergências entre os aspectos genéticos¹ e formas.

¹ Agênese ou grafotécnica estuda como se formam os traços, as letras e os vocábulos. Está relacionada com os movimentos executados pelo punho no momento em que a escrita é produzida.



CONFRONTO GRAFOSCÓPICO

NEGATIVO DE AUTORIA GRAFICA (AQ'S x AP'S)

O Perito passou então à análise de confronto, examinando a autenticidade das Assinaturas Questionadas (AQ'S) e as firmas selecionadas como padrões, confrontando-as entre si, por meio de cotejo entre os elementos individualizadores nelas observado, tendo sido detectadas as seguintes **CONVERGÊNCIAS/DIVERGÊNCIAS** conforme Quadro que se segue:

| QUADRO de Convergências (C) / Divergências (D) / PREJUDICADAS (P) | | | |
|--|------|---|--------------------|
| | | | Confrontações |
| Ordem Geral SUBJETIVOS | 1 | Aspecto Geral da escrita | Divergente |
| | 2 | Velocidade | Divergente |
| | 3 | Pressão | PREJUDICADA |
| | 4 | Dinamismo Gráfico (velocidade + pressão) | Divergente |
| | 5 | Ritmo | Divergente |
| | 6 | Projeção da escrita (velocidade + ritmo + direção) | Divergente |
| | 7 | Grau de habilidade do punho escrevente | Divergente |
| Ordem Geral OBJETIVOS | 8 | Andamento Gráfico | Divergente |
| | 9 | Inclinação da escrita | Divergente |
| | 10 | Inclinação axial | Divergente |
| | 11 | Alinhamento gráfico (linha de pauta imaginária) | Divergente |
| | 12 | Proporcionalidade de espaçamentos | Divergente |
| | 12.1 | Interlineares | Divergente |
| | 12.2 | Intervocabulares (iniciais representam os vocábulos) | Divergente |
| | 12.3 | Interliterais | Divergente |
| | 12.4 | Intergramáticos | Divergente |
| | 13 | Calibre | Divergente |
| | 14 | Comportamento das passantes | Divergente |
| | 15 | Disposição no contexto | Divergente |
| | 16 | Desenvolvimento lateral | Divergente |
| | 17 | Relações de proporcionalidade gramática (maiúsculas x maiúsculas) | Divergente |
| Grafocinética | 18 | Proporcionalidade das minúsculas | Divergente |
| | 19 | Situação dos gramas em relação à linha de pauta | Divergente |
| | 20 | Valores angulares e curvilíneos | Divergente |
| | 21 | Ataques | Divergente |
| | 22 | Remates | Divergente |
| | 23 | MORFOCINÉTICA | Divergente |
| | 24 | Idiografinetismos | Divergente |



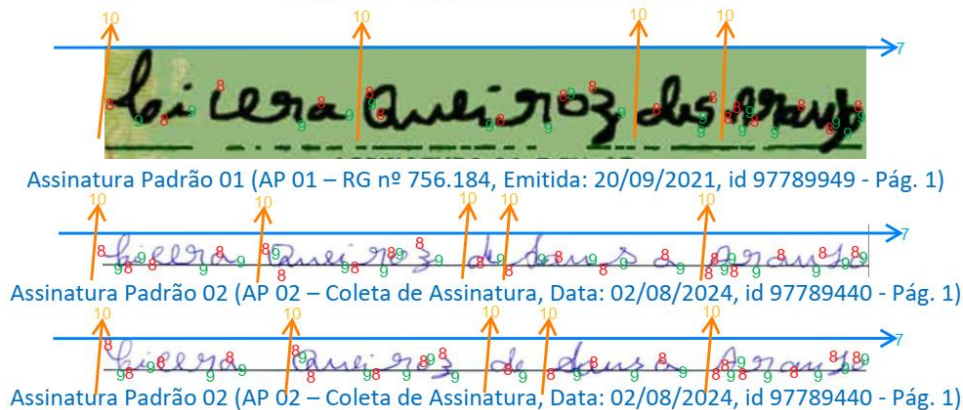
ILUSTRAÇÃO DO CONFRONTO GRAFOSCÓPICO DE AUTENTICIDADE

Nas Assinaturas Questionadas nos documentos retromencionados e nas Assinaturas Padrões indicam as **divergências** de ordem geral e grafocinética apontadas acima, à exceção dos elementos 1 a 7, cuja natureza subjetiva não permite demonstração. A demonstração dos pontos observados encontra-se a seguir.

ASSINATURAS QUESTIONADAS



ASSINATURAS PADRÕES



1. *Aspecto geral da escrita – As Assinaturas Questionadas Divergentes com as Assinaturas Padrões;*
2. *Velocidade Gráfica – As Assinaturas Questionadas apresentam dinamismo incompatíveis com as Assinaturas Padrões;*
3. *Ritmo Gráfico – constatação de ritmo gráfico nas Assinaturas Questionadas incompatíveis com as Assinaturas Padrões;*
4. *Dinamismo Gráfico ou Grau de Habilidade do Punho escrevente²- Incompatibilidade das Assinaturas Questionadas com as Assinaturas Padrões;*
5. *Pressão³ da escrita – não pude verificar;*
6. *Desenvolvimento horizontal da escrita – Divergente nas Assinaturas Questionadas comparando com os mesmos padrões de desenvolvimento horizontal em confrontação com as Assinaturas Padrões;*
7. *Comportamento das passantes⁴ superiores se apresentam de acordo na confrontação entre as questionadas e as padrões – Divergente com as Assinaturas Questionadas comparando os mesmos padrões das passantes em confrontação com as Assinaturas Padrões;*
8. *Ataques: Divergências encontradas em diversos pontos de ataque das Assinaturas Questionadas comparando com os padrões de ataques em confrontação com as Assinatura Padrões;*
9. *Remates: Divergências encontradas em diversos pontos de saída das Assinaturas Questionadas com relação aos padrões de remates em confrontação com as Assinaturas Padrões;*
10. *Inclinação da escrita – Divergente. As Assinaturas Questionadas apresentam diferentes padrões de inclinações em confrontação com as Assinaturas Padrões;*
11. *Proporção entre letras e passantes superiores – Divergente. As Assinaturas Questionadas apresentam diferentes padrões de proporção em confrontação com as Assinaturas Padrões;*
12. *Momentos gráficos Divergentes. As Assinaturas Questionadas apresentam diferentes momentos gráficos em confrontação com as Assinaturas Padrões;*

| Momentos Gráficos | | | |
|-------------------|--------------------------|---------------------|--------------|
| Palavra | Assinaturas Questionadas | Assinaturas Padrões | Confrontação |
| CICERA | 3/4 | 4 | Divergente |
| QUEIROZ | 3/4 | 5 | Divergente |
| DE | 1 | 1/2 | Divergente |
| SOUSA | 2 | 3/4 | Divergente |
| ARAUJO | 1/4 | 6 | Divergente |

² Dinamismo Gráfico ou Grau de Habilidade do Punho escrevente: tais características são intrínsecas de pessoas que já dominam a escrita, elas não podem ser confundidas com a beleza da caligrafia, mas sim com o dinamismo com que o sujeito tem ao lançar sua escrita no suporte;

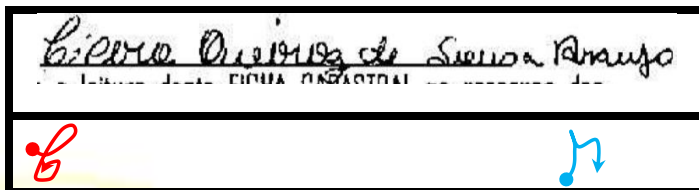
³ Pressão da escrita: determina as variabilidades da força que o objeto de escrita exerce sobre o papel, durante a evolução do traçado;

⁴ Passantes: Letras que extrapolem o tamanho normal dos gramas.

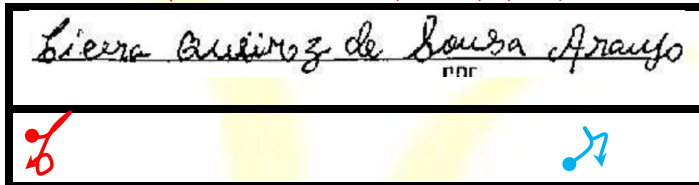


13. Dentre as inúmeras divergências observadas quanto a morfologias gráficas⁵ ou morfogênese nas **Assinaturas Questionadas** em confrontação com as **Assinaturas Padrões**, destaco: da letra “C” na palavra “Cicera”, e letra “A” na palavra “Araujo”;

ASSINATURAS QUESTIONADAS

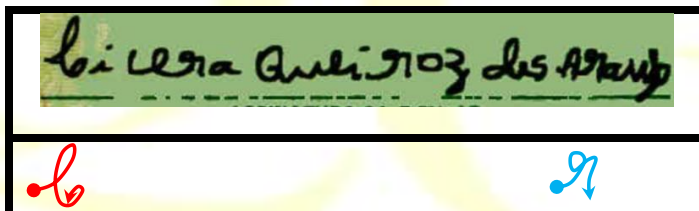


Assinatura Questionada 01 (AQ 01 – Termo de Adesão, Data: 30/01/2017, id 65127654 - Pág. 2)

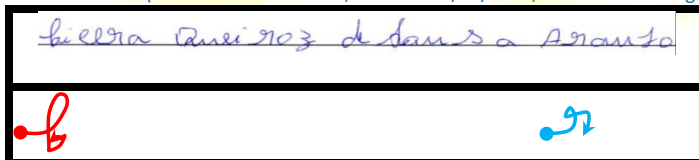


Assinatura Questionada 02 (AQ 02 – CCB nº 47046357, Data: 30/01/2017, id 65127654 - Pág. 5)

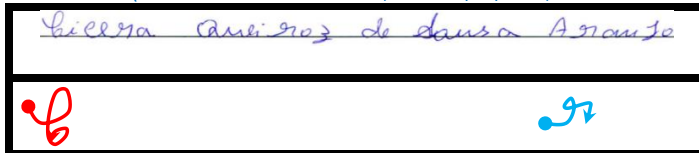
ASSINATURAS PADRÕES



Assinatura Padrão 01 (AP 01 – RG nº 756.184, Emitida: 20/09/2021, id 97789949 - Pág. 1)



Assinatura Padrão 02 (AP 02 – Coleta de Assinatura, Data: 02/08/2024, id 97789440 - Pág. 1)



Assinatura Padrão 02 (AP 02 – Coleta de Assinatura, Data: 02/08/2024, id 97789440 - Pág. 1)

- - Ponto de ataque (entrada);
- ➔ - Ponto de arremate (saída).

⁵ Ou morfogênese: Comportamento da forma em que a letra é lançada.



8. QUESITOS

8.1 O Juízo apresentou quesitos, conforme id. 70920616, quais sejam

1 - A(s) assinatura(s) lançada(s) no(s) documento(s) juntado(s) aos autos pelo(s) réu(s) proveio/provieram do punho do AUTOR(A)?

Resposta: Não provieram.

2 - Com base no material fornecido para a realização da presente Perícia Grafotécnica pelo AUTOR(A), a(s) assinatura(s), a ele atribuída(s) no(s) documento(s), é/são FALSA(S)?

Resposta: Sim.

3 - Comparada(s) a(s) assinatura(s) lançada(s) no(s) documento(s) com o material fornecido para realização da presente Perícia Grafotécnica pelo AUTOR(A), pode-se afirmar guardarem diferenças? Quais seriam as diferenças?

Resposta: Sim. Favor ver teor do laudo apresentado.

4 - Pode-se, portanto, excluir a possibilidade de que a(s) assinatura(s) lançada(s) no(s) documento(s) proveio/provieram do punho do AUTOR(A)?

Resposta: Sim.

8.2 Parte Autora apresentou quesitos, conforme id. 72658438, quais sejam:

1 - As assinaturas lançadas nos documentos de 46340288 dos autos, provieram do punho do Requerente?

Resposta: Não.

2 - Com base no material fornecido para a realização da presente Perícia Grafotécnica pelo Requerente, a assinatura a ele atribuída nos documentos de ID 46340288 dos autos é divergente da firma normal do autor?

Resposta: Sim.

3 - Comparadas as assinaturas lançadas nos documentos dos autos com o material fornecido para realização da presente Perícia Grafotécnica pelo Requerente, pode-se afirmar guardarem diferenças? Quais seriam as diferenças?

Resposta: Sim. Favor ver teor do laudo apresentado.

4 - Em caso convergência da assinatura do promovente, o sr. perito pela expediência poderia informa ser possível afirmar que a assinatura possa ter sido copiada de um documento oficial do autor e inserida no contrato de ID: 46340288?

Resposta: Prejudicado.



8.3 Parte Ré apresentou quesitos, conforme id. 71860255, quais sejam:

1 – A assinatura contida no contrato original foi realmente realizada pelo autor? Qual o grau de certeza se baseia a resposta?

Resposta: Não. Alto.

2 – A assinatura do contrato se identifica a assinatura do documento pessoal anexo ao contrato, juntado ao mesmo no momento da contratação?

Resposta: Não.

3 – A assinatura do contrato se identifica com a assinatura do documento pessoal do autor trazido com a inicial?

Resposta: Não.

4 – Há diferenças entre o documento citado no quesito nº 2 e quesito nº3? Em havendo divergências, é possível assevera qual destes não é autêntico?

Resposta: Favor ver teor do laudo apresentado.

5 – Na hipótese de não ser autêntica a assinatura aposta no contrato, é possível afirmar, na opinião do I. Perito, que era possível a um leigo verificar a olho nu, a divergência da assinatura do autor?

Resposta: Não.



9. CONCLUSÃO

Diante dos exames realizados nas **Assinaturas Padrões** coletadas nos autos em confrontação com as **Assinaturas Questionadas** apresentadas nos documentos: **Termo de Adesão, Data: 30/01/2017, id 65127654 - Pág. 2 e CCB nº 47046357, Data: 30/01/2017, id 65127654 - Pág. 5**, permitiram-me emitir a seguinte conclusão:

➤ As Assinaturas Questionadas **não correspondem à firma normal da Autora.**

10. BIBLIOGRAFIA

Del Picchia Filho José, Del Picchia Celso M.R. e Del Picchia Ana Maura G Tratado de Documentoscopia: da Falsidade Documental [Livro]. - São Paulo : Editora Pillares, 2005.

Simões da Camara e Silva Erick, Feuerharmel Samuel Documentoscopia: Aspectos Científicos, Técnicos e Jurídicos [Livro]. - São Paulo : Editora Millennium, 2014.

Feuerharmel Samuel Análise Grafoscópica de Assinaturas [Livro]. - São Paulo : Editora Millennium, 2017.

João Pessoa, 09/09/2024.

FELIPE QUEIROGA GADELHA
PERITO GRAFOTÉCNICO





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

2ª Vara Mista de Pombal

Processo nº: 0801841-07.2022.8.15.0301

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [Cartão de Crédito]

Autor(a): CICERA QUEIROZ DE SOUSA ARAUJO

Ré(u): BANCO BMG SA

DECISÃO

Vistos.

Considerando que a prova do fato depende de conhecimento especial de técnico; considerando necessária em vista de outras provas produzidas; e que a realização da perícia é perfeitamente praticável, defiro a perícia requerida pela parte autora/ré, com fulcro no art. 465 do CPC.

NOMEIO o(a) perito(a) cadastrado(a) no site do Tribunal de Justiça da Paraíba, qual seja, Felipe Queiroga Gadelha (especialidade: GRAFOCOPISTAS), endereço Rua Professor Francisco Oliveira Porto, 21, apt 1501, Edifício Royal Luna, Brisamar, João Pessoa/PB, 58033-390, telefone ((83) 99332-2907, e-mail: fqueirogag@hotmail.com.

Intime-se o(a) AUTOR(A) para que, no prazo 10 (dez) dias, forneça o material necessário à realização do exame pericial, ou seja, cópias de documentos oficiais onde conste sua assinatura, bem como compareça ao cartório da 2ª Vara para que, na presença do servidor, em folha pautada, forneça pelo menos quinze assinaturas para confronto.

Ficam as partes intimadas para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, arguirem o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso, ou indicarem os assistentes técnicos, apresentando os quesitos a serem respondidos, se ainda não presentes nos autos.

O(A) especialista nomeado(a) neste ato deverá realizar perícia e responder aos quesitos das partes, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, independente de compromisso, ficando o perito advertido de que deverá cumprir o encargo com cuidado, zelo, rigor e retidão.

Fixo como quesitos do juízo:

- 1 - A(s) assinatura(s) lançada(s) no(s) documento(s) juntado(s) aos autos pelo(s) réu(s) proveio/provieram do punho do AUTOR(A)?
- 2 - Com base no material fornecido para a realização da presente Perícia Grafotécnica pelo AUTOR(A), a(s) assinatura(s), a ele atribuída(s) no(s) documento(s), é/são FALSA(S)?
- 3 - Comparada(s) a(s) assinatura(s) lançada(s) no(s) documento(s) com o material fornecido para realização da presente Perícia Grafotécnica pelo AUTOR(A), pode-se afirmar guardarem diferenças? Quais seriam as diferenças?
- 4 - Pode-se, portanto, excluir a possibilidade de que a(s) assinatura(s) lançada(s) no(s) documento(s) proveio/provieram do punho do AUTOR(A)?

Além das respostas aos quesitos, devem os senhores peritos fornecer um quadro das coincidências e das divergências dos EOGs (Elementos de Ordem Geral), quer objetivos, quer subjetivos.

Nos termos da Resolução n. 09/2017, de 21 de junho de 2017 da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, atualizada pelo Ato da Presidência n. 43/2022, fixo honorários do perito no montante de **R\$ 398,81 (trezentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos)**, cujo pagamento será feito nos termos da referida resolução.

Intime-se o perito acerca da nomeação, remetendo-lhe os quesitos apresentados pelas partes e por este Juízo.

Juntado aos autos o laudo, intinem-se as partes para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias.

Em seguida, tendo sido juntado o laudo aos autos, determino que seja DESIGNADA audiência de instrução e julgamento, conforme as possibilidades da Pauta, intimando-se para tanto o Representante do Ministério Público, as partes, o Curador Especial, se for o caso. Fixo o prazo comum de cinco dias úteis para apresentação de rol de testemunhas (que deverá conter, sempre que possível: nome, profissão, estado civil, idade, número de CPF, número de identidade e endereço completo da residência e do local de trabalho), sob a pena de preclusão.

As testemunhas deverão ser ao máximo de três para cada parte. Somente será admitida a inquirição de testemunhas em quantidade superior na hipótese de justificada imprescindibilidade e se necessária para a prova de fatos distintos. Cabe aos advogados constituídos pelas partes informar ou intimar cada testemunha por si arrolada (observadas as regras do artigo 455 do CPC).

Em se tratando de testemunha arrolada pela Defensoria Pública, expeça-se mandado para intimação das respectivas testemunhas (exceto se houver compromisso de apresentação em audiência independentemente de intimação).

Caso seja arrolada testemunha residente em outra comarca e não haja compromisso de que a respectiva pessoa comparecerá na audiência aqui designada, expeça-se carta precatória para inquirição, com prazo de sessenta dias para cumprimento do ato; na sequência, intinem-se as partes quanto à expedição da carta precatória.

Havendo quaisquer intercorrências, tornem-me conclusos.

Por fim, intinem-se as partes para tomarem conhecimento do teor do extrato bancário da parte autora, fornecido pela Caixa Econômica em resposta ao ofício expedido.

Cumpra-se.

POMBAL, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
JOSÉ EMANUEL DA SILVA E SOUSA – Juiz de Direito



Assinado eletronicamente por: **JOSE EMANUEL DA SILVA E SOUSA**

29/03/2023 13:27:46

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **70920616**



23032913274589700000066903534



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

2ª Vara Mista de Pombal

Processo nº: 0801841-07.2022.8.15.0301

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [Cartão de Crédito]

Autor(a): CICERA QUEIROZ DE SOUSA ARAUJO

Ré(u): BANCO BMG SA

DECISÃO

Vistos.

CICERA QUEIROZ DE SOUSA ARAUJO ajuizou Ação Declaratória de Inexistência de Negócio Jurídico c/c Repetição de Indébito e Indenização por Danos Morais em face de **BANCO BMG SA**.

Relatou que descontos estão sendo efetuados em seu benefício previdenciário, referentes a um cartão de crédito, que alega não ter requerido.

Requeru a gratuidade da justiça, a inversão do ônus da prova e a concessão da tutela provisória de urgência, no sentido de que seja determinado ao banco réu a suspensão dos descontos mensais em seu benefício. Pediu, ao final, a condenação ao pagamento em dobro dos valores já cobrados e a condenação em danos morais.

Vieram-me os autos conclusos.

É, de forma sucinta, o relatório. Fundamento e decido.

A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência, sendo que em caso de urgência, ela pode ser cautelar ou antecipada, em caráter antecedente ou incidental (art. 294 do CPC).

Analisando os fatos apontados pela parte requerente, trata-se de pedido de tutela de URGÊNCIA, em virtude da alegação da existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ao bem jurídico requerido (art. 300 do CPC).

No caso, em análise de cognição sumária, não há elementos que evidenciem a probabilidade do direito neste momento, pois a verossimilhança aventada se mostra insuficiente a uma tutela de urgência, notadamente quando os descontos questionados advêm de um contrato de cartão de crédito em que suposta existência e validade será objeto de eventual instrução.

Logo, se essa aferição somente pode ocorrer, de forma minimamente segura, após ser oportunizada à parte promovida a prova da contratação, por uma questão de lógica jurídica, não se pode afirmar que, neste estágio incipiente do procedimento, antes da angularização processual, já há demonstração razoável da probabilidade do alegado direito.

Faltando, nesse primeiro momento, o primeiro requisito insculpido no art. 300, *caput*, do CPC/2015 (equivalente ao art. 273 do CPC/73), qual seja, a probabilidade do direito, torna-se desnecessário tecer considerações sobre perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

ANTE O EXPOSTO, em face da ausência dos requisitos do artigo 300 do CPC, **INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA** requerida.

DEFIRO a gratuidade da justiça requerida.

Por se tratar de relação de consumo, **INVERTO O ÔNUS DA PROVA** (EREsp 422.778/SP), com fulcro no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, visto que, no caso em cotejo, ao menos em tese, o(a) consumidor(a) encontra-se em situação de extrema desvantagem. A manutenção do sistema probatório tradicional poderá levar ao completo insucesso de sua pretensão.

De imediato, **DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**, de acordo com a pauta deste juízo.

INTIME-SE a parte autora, na pessoa de seu advogado, para comparecer à mencionada audiência (CPC, art. 334, § 3º).

CITE-SE e INTIME-SE a parte ré (CPC, art. 334, parte final).

Ainda que a parte autora tenha manifestado desinteresse na realização de audiência de conciliação, a audiência somente não será realizada se todas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual (CPC, art. 334, § 4º, I), cabendo à parte ré, se o caso, indicar seu desinteresse por meio de petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (CPC, art. 334, § 5º). Nesse caso, o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (CPC, art. 335, caput), terá início a partir do protocolo do pedido de cancelamento da audiência (CPC, art. 335, II).

Ressalvada a hipótese de oportuna manifestação de desinteresse pela parte ré, ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. 334, § 8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10).

Em não havendo autocomposição, o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (CPC, art. 335, caput), terá início a partir da audiência ou, se for o caso, da última sessão de conciliação (CPC, art. 335, I).

Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (CPC, art. 344).

Cumpra-se.

POMBAL, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
JOSÉ EMANUEL DA SILVA E SOUSA – Juiz de Direito

Valor da causa: R\$ 26.968,00



Assinado eletronicamente por: **JOSE EMANUEL DA SILVA E SOUSA**

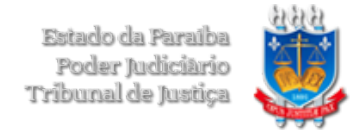
20/09/2022 22:20:52

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **63713116**



22092022205134400000060222541



Página Inicial ▶ Peritos
(/sighop/index.jsf)

Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: *

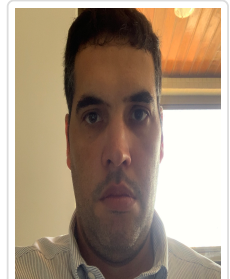
Felipe Queiroga Gadelha

Data nascimento: *

25/08/1975

Sexo: *

Masculino



Alterar foto

Nome Social:

CPF: *

021.205.144-02

Identidade: *

1792045 _____

Órgão: *

SSP PB

INSS/PIS/PASEP: *

12617929444

Tipo: *

PIS/PASEP

Escolaridade: *

Pós-graduação

Nome da mãe: *

Irinete Queiroga Gadelha

Nome do pai:

Raimundo de Paiva Gadelha Filho

Email: *

qgpericias@gmail.com

Telefone: *

83993322907

☐ Tornar dados de contato públicos

Profissão *

| Profissão | Área de Atuação | Nº Registro | Opções |
|-------------------------------------|--|-------------|-----------------------------------|
| Avaliador de Bens Imóveis | Em todo o Estado da Paraíba | 1601639830 | <div><div></div><div></div></div> |
| Engenheiro Civil | Em todo o Estado da Paraíba | 1601639830 | <div><div></div><div></div></div> |
| Engenheiro de Segurança do Trabalho | Perícias de Insalubridade e Periculosidade | 1601639830 | <div><div></div><div></div></div> |
| Grafocopistas | Documentoscopia e Grafotecnia | 1601639830 | <div><div></div><div></div></div> |

Adicionar profissão

Municípios de atuação: *

| | | | |
|-------------|----------|---------------------|-------------|
| Água Branca | Aguiar | Alagoa Grande | Alagoa Nova |
| Alagoinha | Alcantil | Algodão de Jandaíra | Alhandra |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Diretoria Especial - Tribunal de Justiça

Despacho DIESP nº 0048346/2024

Processo nº 005524-60.2024.8.15.

Requerente: Juízo da 2ª Vara Mista da Comarca de Pombal

Interessado: Felipe Queiroga Gadelha – Perito Grafotécnico - qgpericias@gmail.com

Trata-se de requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 398,81 (trezentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos), arbitrados em favor do Perito Grafotécnico, Felipe Queiroga Gadelha, CPF 021.205.144-02, PIS/PASEP 12617929444, nascido em 25/08/1975, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0801841-07.2022.8.15.0301, movida por CICERA QUEIROZ DE SOUSA ARAUJO, CPF 047.491.304-00, em face do BANCO BMG SA, CNPJ 61.186.680/0001-74, perante o Juízo da 2ª Vara Mista da Comarca de Pombal.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 de março de 2021, disciplinou no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, 3, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Laudo pericial anexado às fls. 04/16, dos presentes autos.

Consultando o cadastro de peritos deste Tribunal - SIGHOP, é possível constatar que o cadastro do perito Grafotécnico Felipe Queiroga Gadelha, CPF 021.205.144-02, encontra-se na situação de ativo.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e

obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que, CASO HAJA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 398,81 (trezentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos), arbitrado em favor do Perito Grafotécnico, Felipe Queiroga Gadelha, CPF 021.205.144-02, PIS/PASEP 12617929444, nascido em 25/08/1975, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0801841-07.2022.8.15.0301, movida por CICERA QUEIROZ DE SOUSA ARAUJO, CPF 047.491.304-00, em face do BANCO BMG SA, CNPJ 61.186.680/0001-74, perante o Juízo da 2ª Vara Mista da Comarca de Pombal.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico diensp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 01 de novembro de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial

João Pessoa – PB, 01 de novembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Robson de Lima Cananea, Diretor(a) Especial**, em 04/11/2024, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpb.jus.br/autentica>, informando o código verificador **0048346** e o código CRC **DDBB2681**.



04/11/2024

Número: **0801841-07.2022.8.15.0301**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Pombal**

Última distribuição : **19/09/2022**

Valor da causa: **R\$ 26.968,00**

Assuntos: **Cartão de Crédito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|--|-------------------|
| CICERA QUEIROZ DE SOUSA ARAUJO (AUTOR) | | KEVIN MATHEUS LACERDA LOPES (ADVOGADO) JONH LENNO DA SILVA ANDRADE (ADVOGADO) | |
| BANCO BMG SA (REU) | | FABIO FRASATO CAIRES (ADVOGADO) | |
| FELIPE QUEIROGA GADELHA (TERCEIRO INTERESSADO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 10313 7723 | 04/11/2024 14:12 | Honorários Periciais- Pagamento | Outros Documentos |